

Plano de Governo

Célio Moura,
prefeito



Silene Borges
vice-prefeita

Araguaína, o Brasil vai te ver



1. INTRODUÇÃO: O QUE É UM PLANO DE GOVERNO

No Brasil, toda eleição que envolve o que chamamos de majoritário, no caso, presidente, governador, governadora, prefeita ou prefeito, a chapa, junto com outras peças e documentação necessária para o registro da candidatura, deve protocolar na justiça eleitoral o Plano de Governo, do partido, coligação ou federação.

Ou seja, a apresentação do Plano de Governo à justiça eleitoral integra o cumprimento de uma exigência ou formalidade legal a ser cumprida.

Entretanto, engana-se quem imagina que pelo fato do Plano de Governo fazer parte do cumprimento de um procedimento obrigatório da justiça eleitoral pode ser elaborado de qualquer jeito, sem que tenha compromisso com a viabilidade das ideias e propostas apresentadas, já que o Plano de Governo a bem da verdade, é um conjunto de ideias e propostas do candidato ou candidata apresentada aos eleitores e eleitoras.

Pelo contrário, o que é descrito no Plano de Governo precisa ser algo factível, viável e, necessariamente esteja em sintonia com a realidade, no caso em tela, com o município. E é exatamente nessa perspectiva que Célio Moura e Silene Borges, candidatos a prefeito e a vice prefeito, da coligação “ARAGUAINA, O BRASIL VAI TE VER” apresenta a população de Araguaína, na busca de torna o município melhor e com mais oportunidades para todos e todas, é esse o compromisso.

2. ARAGUAÍNA, UMA CIDADE EM CRESCIMENTO.

Araguaína de acordo com relatos históricos foi ocupado primeiramente por tribo da etnia Carajás, que antes de ser denominado de Araguaína, nome este em homenagem ao Rio Araguaia, enquanto povoado, teve outros nomes como "Lavra nos Deus" e posteriormente Lontra. Araguaína foi elevado a condição distrito no ano de 1953. Mas foi no ano 1958 que passou a condição de município quando da sua emancipação política.

Mas foi no ano de 1960 com o advento construção da rodovia Belém-Brasília- que Araguaína experimentou um destacado desenvolvimento econômico-social do município. Esse desenvolvimento ocorreu no período de 1960 a 1975. Nessa época, Araguaína atingiu um nível de desenvolvimento tão robusto que a tornou a quarta maior cidade do Estado de Goiás, estando atrás somente de Luziânia, Anápolis e Goiânia. E assim, com a criação do estado de Tocantins, em 1988, Araguaína tornou-se a maior cidade do estado.

De acordo o último censo do IBGE (2022), o município de Araguaína possui uma população de 171.301 habitantes. Que dessa população, 48.576s, que representava 28,38% da população ocupada.

Conforme levantamento da ACIARA, Associação Comercial e Industrial de Araguaína, o município possui uma área de influência econômica que se estende em um raio de 230 km, que abrange os municípios do Pará, Maranhão alcançando uma população aproximadamente de 1.757.000 mil pessoas, que são atraídas para a cidade, principalmente pela área da saúde e educação, visto que a cidade de Araguaína tornou uma referência na região como um município que oferece bons serviços, principalmente na área da saúde, educação e no mercado de trabalho.

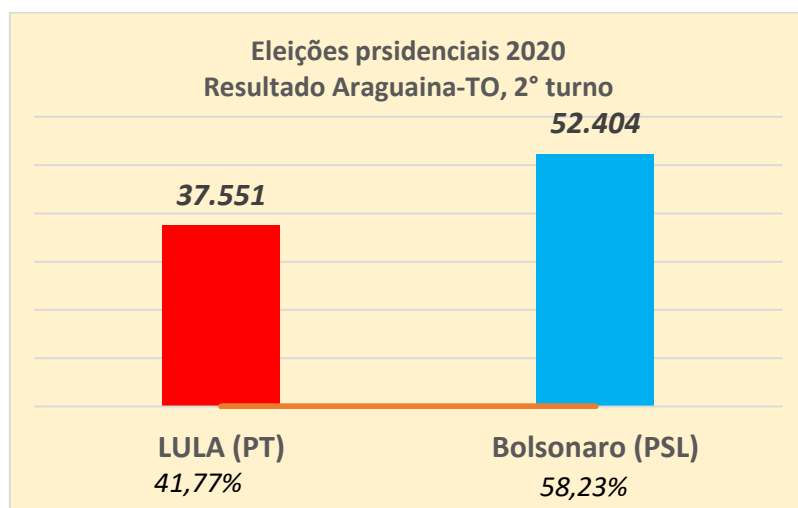
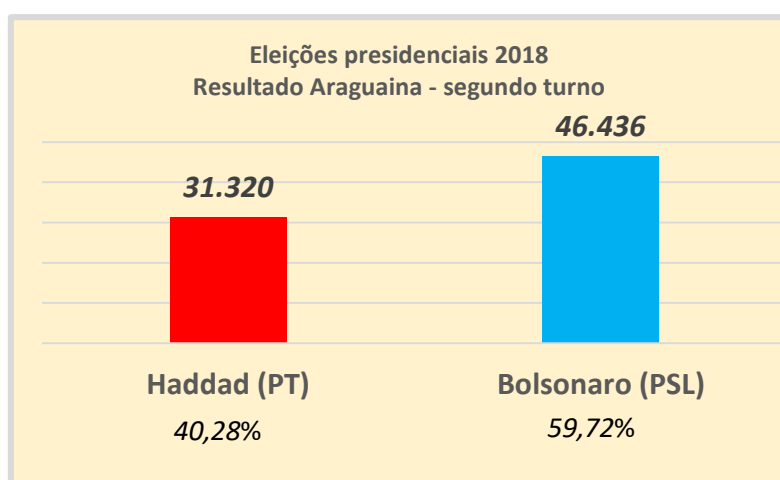
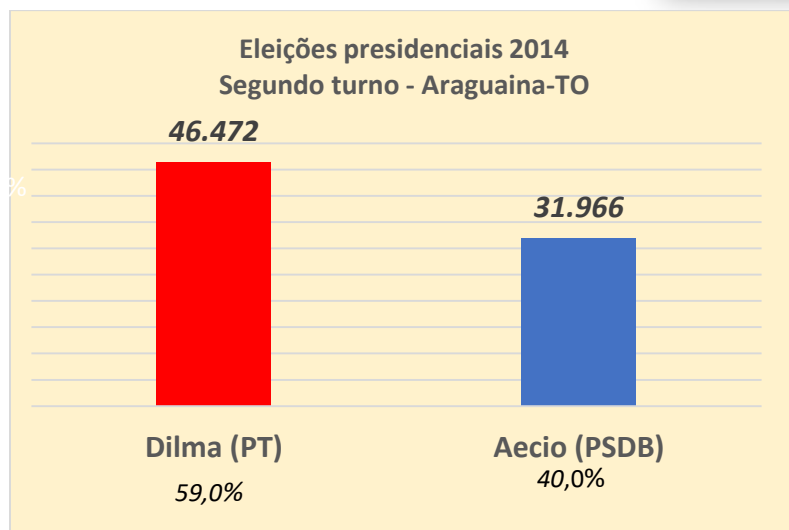


Área de influência da cidade de
Araguaína
(ACIARA)

Entretanto, em que pese Araguaína ser conhecida como a capital econômica do Estado do Tocantins, bem como, ser uma cidade de oportunidades no mercado do trabalho, e de ser vista como uma cidade de referência na região, todavia apresenta uma dura realidade quanto assunto são valores de salários recebido pelos trabalhadoras e trabalhadores do mercado formal. Vejam só, de acordo o IBGE (2022) a média salarial do município é de 2,1 salários mínimos

3. QUESTÃO POLÍTICA DE ARAGUAÍNA

Conforme os resultados das últimas três eleições presidenciais, podemos dizer que o perfil do eleitorado de Araguaína, divide-se entre um eleitorado de posição mais conservadora e um outro com preferência de votação à esquerda. Senão, vejamos o gráfico:



Claro que em relação as eleições municipais o eleitorado tem demonstrado uma preferência de um posicionamento em uma vertente mais à direita, ou a esquerda e ao centro. Os resultados das eleições municipais, quanto ao perfil dos eleitores, demonstra outros elementos que leva a decisão pelo voto do eleitorado. Nota-se um comportamento

mais pragmático do eleitoral na hora de decidir pelo voto ao se tratar de eleições municipais.

4. EXPERIENCIAS DE GESTÃO DO PT

Os primeiros prefeitos eleitos pelo PT no Brasil foram: Gilson Menezes em Diadema-SP e Manoel da Silva Costa, o Manuca, em Santa Quitéria no Maranhão. Depois dessas duas prefeituras eleitas, vieram outras prefeituras, como as de Fortaleza-CE (Maria Luiza Fontenelle, 1985); São Paulo-SP (Luiz Erundina, 1988); Porto Alegre (Olívio Dutra, 1988) e Vitória-ES (Vitor Buaiz, 1988). A marca maior das gestões dessas primeiras prefeituras foi a participação popular no processo de construção das obras e ações da prefeitura. Nesse sentido, a adoção do Orçamento Participativo-OP foi uma das ferramentas de gestão de maior impacto das prefeituras do PT, em particular o caso de Porto Alegre, que aliás recebeu prêmios internacionais pelo bom êxito, na utilização desse instrumento que permitia a participação da população.

Claro que passados aí cerca de 36 anos das experiências do Orçamento Participativo adotados pelas prefeituras administradas pelo PT, esse instrumento fora modernizado e adequado aos novos desafios e necessidades de participação da população das cidades.

É nesse contexto, visando construir mecanismos que incremente e fortaleça a participação da população na gestão do município de Araguaína, que a chapa CÉLIO MOURA e SILENE BORGES, apresenta à população do município, os 10 **PONTOS BÁSICOS** para a implementação de uma gestão moderna, transparência, eficiência, ágil e participativa.

Ponto 1. CONGRESSO DA CIDADE, FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A marca maior de gestão da prefeitura de Araguaína sob o comando de CÉLIO MOURA E SILENE BORGES será a participação social e popular. Para isso será implantado o CONGRESSO DA CIDADE, um espaço de discussão permanente no qual a participação mobilizadora da sociedade será assegurada através de seus congressistas escolhidos por segmento socioeconômico, de gênero de juventude, empresarial, religioso, de cultura, esporte a arte, setorial (educação, saúde, segurança, agricultura familiar, agronegócio).

O CONGRESSO DA CIDADE será um fórum permanente onde serão debatidos e aprovadas as propostas advindas dos debates realizados nos CONSELHOS DE BASE E SETORIAIS que contarão com ampla participação da população do município. Nos CONSELHOS DE BASES E SETORIAIS haverá o debate de cada tema de interesse dos setores e esse debate será transformado em propostas que apreciadas e submetidas na discussão no CONGRESSO DA CIDADE para serem aprovadas ou não, podendo haver adequação com base na sua viabilidade orçamentária e na sua factibilidade.

Ponto 2. DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES EM NEGÓCIOS E DE EMPREGOS

Para que tenhamos uma cidade melhor para se viver e poder elevar a qualidade de vida de seus habitantes, precisa ser assegurada pela gestão municipal, a adoção de políticas públicas e de programas de incentivo para que seja criado um ambiente de oportunidade de negócios e trabalho aos munícipes de Araguaína. Nesse sentido CÉLIO MOURA E SILENE BORGES serão incansáveis para que o município de Araguaína seja não somente um permanente canteiro de obras, mas que igualmente oportunize a empresários, empresárias, empreendedoras, empreendedores e aos trabalhadores e trabalhadoras meios e condições para dinamizar suas iniciativas e projetos com suporte subsidiado pela gestão municipal.

Entendemos que esse ambiente de negócios e trabalhos precisa ser adequado a cada segmento, cada setor, de forma que os projetos e programas articulados e pensados pela gestão municipal se ajuste e se adeque as necessidades e premissas dos diferentes segmentos e setores. Mas que inicialmente destacamos que, teremos um olhar mais atento e sensibilizado as micro e pequenas empresas, a juventude que busca seu primeiro emprego, às mulheres e aos MEIs. Por isso são prioridades de tais iniciativas a serem priorizadas e apresentadas pela chapa CÉLIO MOURA E SILENE BORGES as seguintes proposições.

Ponto 2.1 Programa Financia Fácil

É de conhecimento geral que muita gente deixa de colocar seu negócio pela falta de oportunidade que esteja a seu alcance. Muitas vezes essa oportunidade depende de um pequeno valor inicial que falta as pessoas, em particular aquelas pessoas mais pobres e desprovidas de patrimônio que possa dispor como garantia junto as instituições financeiras tradicionais.

Na verdade, temos notícias que há experiências dos chamados banco do povo, ou banco da gente, que por mais que tenham sido até iniciativas interessantes, não prosperaram devido a burocratismo, ou rigor para acessar ao crédito, ou até mesmo falta de recursos disponíveis.

O PROGRAMA FINANCIA FÁCIL que será implantado no município de Araguaína vai se espelhar nas experiências de outros municípios onde esta iniciativa teve êxito para atender especialmente a população mais necessitada e excluídas do sistema financeiro tradicional.

Na nossa cidade temos milhares de pessoas, mulheres, homens e jovens que muitas vezes precisam de um pequeno aporte financeiro para iniciar ou alavancar seus negócios, mas que não têm oportunidade de obter tal recurso.

O PROGRAMA FINANCIA FÁCIL pretende ser essa oportunidade para tantas pessoas de nossa cidade e será destinado para homens, mulheres, juventude da nossa cidade. O PROGRAMA FINANCIA FÁCIL será um programa Sem burocracia. Simplificado e Rápido para fomentar a economia dos pequenos negócios. Os critérios a serem estabelecidos não se tornarão obstáculos para que seja acessa para aquelas pessoas que se interessarem em acessar.

Os recursos que formarão o fundo que manterá o PROGRAMA FINANCIA FÁCIL, parte serão oriundos do tesouro municipal e outra parte de recursos obtidos a partir de entidades e instituições financiadoras parceiras, ou até mesmo de emendas parlamentares.

Ponto 2.2 Porta Aberta

O Programa PORTA ABERTA, será destinado a dar oportunidade de trabalho aquelas pessoas que cumpriram penas no sistema prisional e também aos jovens que estejam em tratamento de recuperação por uso de substâncias tóxicas. O Programa PORTA ABERTA, irá criar incentivos às empresas que contratarem pessoas ressocializadas junto ao sistema prisional e também direcionado aos jovens que passaram pelo tratamento e recuperação por uso de substâncias tóxicas.

O Programa Porta Aberta, visa tanto dar oportunidade para inserção na sociedade e no mercado de trabalho, as pessoas que cumpriram suas penas no sistema carcerário e de jovens inseridos em programa de tratamento e recuperação por uso de substâncias entorpecentes. Esse programa além de ser um meio para aquecimento da economia local, tem ainda o componente da oportunidade às pessoas que precisam serem acolhidas pela sociedade e não voltarem ao mundo do crime e das drogas.

Ponto 2.3 Programa Todos Pelo MEI

O Programa Todos pelo MEI objetivará criar meios para apoiar e incentivar o MEI. Esse apoio e incentivo se revistará em criar programa de formação, qualificação e aprimoramento profissional dos MEIs do nosso município. Será criada a Feira do MEI que será uma vitrine para exposição dos mais diversos serviços, produtos e habilidades do MICROEMPREENDEDOR em nosso município. No programa FINANCIA FÁCIL, o MEI terá prioridade na análise e liberação dos seus projetos. Em parceria com o SEBRAE será implantado um programa para atendimento, orientação e acompanhamento das atividades realizadas pelo MEI. A Idéia é que a gestão municipal disponha de uma estrutura física e gerencial em que funcionará como uma assessoria permanente do MEI do município de Araguaína, objetivando fortalecer o mercado local, circulação de mercadoria, consumo crescente, geração de renda e emprego.

Ponto 2 4: Trabalho pra nossa gente

Araguaína possui uma localização bem estratégica: as margens da BR 153, a 160 km do porto seco de Palmeirante e próxima aos grandes centros, como Goiânia, Belém, Fortaleza, São Luis, Marabá e Imperatriz. De maneira geral, em que pese algumas deficiências, Araguaína tem sido referência em serviços de saúde e educação na região. Isso faz com que a cidade atraia milhares de pessoas dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Bahia (segundo a ACIARA, Araguaína tem uma população de influência que atinge cerca de 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) pessoas. No município possui pelo menos 5 campus de universidades que oferecem cursos em diversas áreas. O município dispõe de Distrito Industrial de Araguaína-DAIARA com potencial para ser instalada empresas dos mais variados ramos.

Todo esse ambiente proporciona abrir possibilidade para fomentar a instalação de empresas no nosso município. Óbvio, que nenhuma empresa, seja ela porte ou ramo que for, será instalada como um passo de mágica. Nada disso. É necessário criar mecanismos de forma sustentável que estabeleça as possibilidades para implantação de empresas.

No campo de implantação de empresas no município, entendemos ser necessário uma gestão municipal comprometida em estabelecer diretrizes que, não só torne atrativa a implantação de empresas no município, mas principalmente possa contribuir para a viabilidade da atividade em Araguaína.

Pensando nesse conjunto é que CÉLIO MOURA e SILENE BORGES pretendem adotar medidas tais como:

1. Dispor e fazer manutenção de toda estrutura necessária para viabilizar a instalação de empresas no município, em especial no DAIARA;
2. Estabelecer programa de incentivos fiscais que favoreça a operação de unidades industriais no município;
3. Criar e executar junto com empresariado, entidades representativas de trabalhadores e trabalhadores, cooperativas, Associação de bairros e moradia, Sistema S, dentre outros potenciais parceiros para efetivação de programas de formação, capacitação, treinamento e atualização de trabalhadores do município para favorecer a disponibilidade de mão de obra treinada e capacitada para atender a demanda do mercado de trabalho local.

Ponto 2.5. Economia solidária a trabalho

A economia solidária se caracteriza de uma forma para o surgimento de trabalho que incentiva a cooperação e colaboração entre as pessoas, no qual, o objetivo não é geração e acumulação de lucro nas mãos de poucos, mas sim, promover e incentivar a justa valorização do trabalho. Nesse sentido a gestão CÉLIO MOURA/SILENE BORGES através de adoção de políticas públicas vai incentivar a criação de cooperativas de trabalho e de consumo e, junto com as cooperativas que já existem na cidade, a prefeitura articulará a efetivação de parceria com UNICAFES, SICOOB e outros parceiros promover cursos, oficinas, treinamento e demais eventos

direcionados para capacitar e orientar a prática e exercício de atividades que tenha como meta desenvolver uma economia de bases solidárias no município.

Ponto 3. SAÚDE PRA MELHOR VIVER

Com implantação de universidades em Araguaína com ofertas de cursos as áreas da saúde (enfermagem, nutrição, educação física, medicina, odontologia, psicologia e outros) cresceu o número de profissionais da saúde na cidade. Além disso, em Araguaína houve a expansão de estabelecimentos que ofertam serviços de saúde. Ao mesmo tempo, verificamos a melhora nas instalações das unidades hospitalares públicas na nossa cidade. Todavia é notório que ainda persistem muitos problemas que precisam serem superados quanto aos cuidados da saúde ao nosso povo. Sobre isso, a gestão CELIO MOURA e SILENE BORGES darão profunda prioridade.

É bem verdade que há avanços importantes na saúde em Araguaia, no entanto, ainda tem muito que melhorar para que a população de Araguaína possa dispor de um atendimento na área de saúde com qualidade, humanizada e gratuita, já que a constituição prevê a sua universalização, ou seja, saúde é dever do Estado e direito do cidadão e cidadã.

Até porque, infelizmente, a nossa cidade ainda convive com sérios problemas em relação a gestão da saúde pública, como corona vírus, dengue, leishmaniose, doenças e acidentes relacionados ao trabalho, doenças crônico degenerativas, como câncer. A gestão de CÉLIO MOURA e SILENE BORGES atenta a este quadro, preliminarmente, propõe:

- Continuar na defesa do Sistema Único de Saúde - SUS, público e universal, garantindo acesso a serviços de atuação integral, universal e equitativo.
- Fortalecer o trabalho das equipes de saúde da família;
- Fortalecer o trabalho dos institutos de pesquisa e laboratórios públicos;
- Adotar um protocolo único para proteger a população da atual crise sanitária;
- Garantir estabilidade no emprego e manutenção dos salários dos servidores de todos os setores públicos.

- Resgatar a gestão pública do HMA e UPA, gerindo o serviço de saúde pública e de qualidade à população, suprimindo a necessidade do quadro de profissionais nessas unidades através de concursos públicos, valorizando a carreira dos servidores.

Destacamos que, como **DIRETRIZES BÁSICAS** para promover a qualificação do sistema municipal de saúde, enumeramos os seguintes pontos:

Diretriz 1: Para bem cuidar da nossa gente

- Consolidação do SUS com caráter 100% público que caminhe gradativamente da situação atual, para planejamento e execução das ações de saúde pelo próprio município, de forma a precisar cada vez menos da compra de serviços privados;
- Realização de Concurso Público para reposição da força de trabalho e qualificação para provimento de pessoal em quantidade suficiente, reduzindo a terceirização no setor;
- Fortalecer ações de cuidado e de segurança da Saúde do Trabalhador, para o controle, identificação e notificação dos riscos do trabalho e ambientais;
- Efetivação de uma política de recursos humanos que estabeleça as carreiras dos profissionais de saúde (PCCS) necessárias à cobertura dos serviços de saúde em cada nível de atenção (básica, média e alta complexidade);
- Implantar o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, com ações destinadas a todas as faixas etárias, da puberdade ao climatério, a prevenção ao câncer de útero e de mama, o planejamento sexual e reprodutivo, a sexualidade e os principais problemas ginecológicos;
- Criar ações intersetoriais de promoção e proteção da saúde e qualidade de vida, destinadas às crianças, a jovens, a adultos, aos idosos e portadores de enfermidades crônicas, priorizando ações de alimentação saudável, controle da obesidade e do sedentarismo, do tabagismo e do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Desenvolver projetos intersetoriais de enfrentamento das diferentes formas de violência (no trânsito, no trabalho, sexual e contra as mulheres, pessoas negras, LGBTQs, crianças e pessoas idosas);
- Ampliar as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), em parceria com a Educação, com ênfase na saúde bucal e oftalmológica, alimentação saudável, sexualidade, prevenção de

Infecções [Doenças] Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas;

- Fortalecer as ações para prevenção e controle de ISTs e AIDS, Hepatites, Tuberculose e Hanseníase, investindo em ações intersetoriais e descentralizadas de atenção à saúde, educação e proteção;
- Desenvolver ações de saúde afirmativas (pessoas negras, mulheres, LGBTQs, pessoas com deficiência), em articulação com as demais políticas intersetoriais;
- Fortalecer as ações de proteção e vigilância em saúde para o enfrentamento das principais vulnerabilidades e riscos do processo saúde-doença, com prioridades às pessoas que vivem nos bairros distantes do centro, em situação de rua ou em restrição de liberdade;
- Intensificar e envolver a sociedade em ações de controle de dengue, coronavírus, zica e chikungunya, dentre outras;
- Implantar programa de cuidados e *acolhimento* da população de cães e gatos, para proteção da saúde humana e a promoção do bem-estar animal, em parceria com a sociedade civil.

Diretriz 2: Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade

- Fortalecer a Atenção Básica em Saúde, garantindo atendimento integral e equitativo, com cuidado humanizado, resolutivo e de qualidade, em todas as unidades básicas de saúde, que devem garantir condições dignas de trabalho para que os servidores possam prestar atendimento qualificado e humanizado aos cidadãos e cidadãs;
- Ampliar as Equipes de Saúde da Família e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, visando a atingir cobertura de atenção à saúde da população, destacando regiões de maior vulnerabilidade e de maior densidade populacional;
- Inserir, prioritariamente, na dinâmica de trabalho das equipes da Atenção Básica a compreensão de que o trabalho é um dos fatores determinantes do processo saúde-doença;
- Buscar junto ao governo federal a ampliação do número de profissionais do Programa Mais Médicos destinados para Araguaína, de forma que possa garantir a cobertura assistencial a toda população por equipes de Estratégia Saúde da Família completas, com atendimento médico de qualidade;

- Ampliar e fortalecer a estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde para promoção da saúde, tendo com um dos pilares centrais de sua atuação a compreensão de que o trabalho é um dos fatores determinantes do processo saúde-doença, qualificação do cuidado, desenvolvimento de ações intersetoriais, vínculo com as pessoas e valorização da cidadania;
- Fazer gestão junto ao ministério da saúde para ampliar as ações do Programa Brasil Sorridente, desenvolvendo ações de prevenção nas escolas municipais e melhorando o atendimento odontológico nas Unidades de Saúde e nos Centros Especializados em Saúde Bucal;
- Fortalecer a Estratégia de Saúde da Família sem domicílio. Criar consultórios na rua.

Diretriz 3: Qualificar a rede de urgência e de emergência e de atenção hospitalar

- Investir na ampliação, na qualidade e na humanização do atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), consolidando o seu papel no atendimento das urgências, integradas à rede de saúde;
- Garantir que todos os acidentes e todas as intoxicações relacionadas ao trabalho sejam prontamente notificadas ao órgão de vigilância epidemiológica e, simultaneamente, programada inspeção, pela equipe de vigilância e fiscalização sanitária, dos ambientes de trabalho das ocorrências;
- Buscar, junto ao Ministério da Saúde e ao governo do Estado, a ampliação e renovação da frota do SAMU-192, reivindicando que o governo estadual participe do seu financiamento;
- Valorizar a rede hospitalar, seja ela pública (municipal, estadual e federal) ou conveniada ao SUS, de forma a que esteja articulada às necessidades locais, promovendo acesso da população a serviços de média complexidade, como cirurgias eletivas e serviços de alta complexidade, internações e outros tratamentos que exigem maior aporte técnico, por meio de processos de regulação do SUS.
- Aprimorar e ampliar o serviço de internação domiciliar (PID) e de fisioterapia domiciliar.

Diretriz 4: Atenção especializada articulada e integrada em rede

- Organizar o atendimento especializado na cidade (consultas médicas com especialistas, exames e procedimentos especializados), consolidando um novo modelo de cuidado

especializado multiprofissional, em rede e resolutivo, que solucione a fila de espera. Para tanto, é essencial promover a ampliação e a qualificação do atendimento prestado por Ambulatórios de Especialidades e demais serviços especializados da prefeitura, em articulação com serviços de especialidades mantidos pelos governos do estado, dos hospitais filantrópicos e serviços privados contratados pelo SUS.

- Estabelecer um projeto estrutural comum para unidades de saúde por nível de complexidade, por população assistida;
- Garantir atenção especializada para todos os problemas de saúde decorrentes de doenças, intoxicações e acidentes relacionadas ao trabalho;
- Prover, mediante recurso próprio ou em articulação com outros entes federados, exames laboratoriais específicos demandados pelo PSTT;
- Estabelecer estratégias de expansão da Rede Pública para realização de Exames Complementares. Estes procedimentos constituem alto custo para o SUS nos municípios, e são de fácil execução, porque os gastos com recursos do Fundo Municipal de Saúde para compra de serviços privados já remuneram rubricas de lucro, que são muito superiores em valores que o necessário para construir e equipar os centros;
- Fortalecer, ampliar e consolidar as Linhas de Cuidado em Rede para as principais doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, ampliando as ações de prevenção, cuidado hospitalar e episódios de infarto agudo do miocárdio (IAM), de acidente vascular cerebral (AVC) e de insuficiência renal;
- Fortalecer e ampliar os programas de internação domiciliar;
- Organizar ações para o cuidado à dor crônica (osteomusculares), organizando a oferta de cuidado multiprofissional nos territórios;
- Organizar atendimento especializado em reabilitação física, destinado aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e ou acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.
- Organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado ao atendimento qualificado às pessoas com deficiência e outras doenças que necessitem desses serviços, com credenciamento das clínicas universitárias de fisioterapia, para ampliar o atendimento pelo SUS;
- Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Psiquiátrica, reestruturando e qualificando a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua, e outros serviços de apoio que contem sempre com equipes de saúde.

Fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência, promovendo a inclusão social e a construção de novos projetos de vida. Estruturar e qualificar referências para dar suporte clínico aos trabalhadores e às trabalhadoras, cujo problema de saúde se relaciona ao trabalho.

Diretriz 5: Vigilância sanitária e vigilância epidemiológica – serviços de controle de zoonoses

- Organizar órgãos, técnica e administrativamente estáveis, de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica;
- Organizar serviços de zoonoses;
- Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Sanitária articulando-se nas Regiões de Saúde com os órgãos de vigilância sanitária e epidemiológica estaduais, bem como com o órgão federal, quando necessário;
- Articular e liderar os municípios da Região de Saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e, quando for o caso, do governo Federal, a ampliação da atuação compartilhada com os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica estaduais e federais.
- Exercer plenamente a autoridade sanitária por meio das ações de vigilância sanitária de serviços de saúde, exercidas por equipes técnicas capacitadas, que permitam garantir a segurança, o acesso e a qualidade dos serviços ofertados pela Administração Pública e pelos planos e seguros de saúde, atuando para prevenir e controlar agravos à saúde e, assim, proteger a saúde da totalidade da população.
- Implantação e sistematização de bancos de dados com indicadores de saúde do município, integrando os serviços de vigilância em saúde (sanitária, epidemiológica, CEREST, CCZ, vigilância ambiental), criando parâmetros necessários para o planejamento das ações anuais de saúde (PAS) e prioridade das demandas de saúde da população;
- Implantação e divulgação de boletins epidemiológicos de análise situacional de saúde de interesse a população com os resultados dos serviços e ações desenvolvidas pela rede de atenção à saúde e vigilâncias;
- Implantação de um Núcleo de Resposta Rápida-NUR, para as situações de calamidade pública que envolvam surtos epidemiológicos, integrando a rede de atenção a saúde de

média e alta complexidade e vigilância de saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMUR e protocolos de atendimentos.

Diretriz 6: Ressarcimento ao SUS

- Articular-se com o Estado para exigir que a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cumpra com agilidade sua atribuição precípua: o ressarcimento ao SUS pela prestação de serviços a clientes de planos e seguros de saúde que são assistidos no SUS.

Diretriz 7: Qualificação da gestão e valorização do trabalho em saúde

- Implantar gestão democrática e participativa na saúde, com espaços coletivos institucionais de gestão compartilhada com os trabalhadores de saúde;
- Fortalecer as ações de Educação Permanente como estratégia de gestão e de educação continuada para atualização dos trabalhadores de saúde e qualificação do atendimento à população;
- Implementar parceria com as instituições de ensino da cidade que atuam na área da saúde para estabelecer uma “Rede de Saúde Escola” para o SUS, que seja um espaço de integração do ensino e dos serviços, ampliando os programas de residência médica e multiprofissional, de formação técnica, de pesquisa e especialização, voltados aos interesses do SUS;
- Garantir a oferta de medicamentos básicos e articular o acesso aos demais medicamentos, conforme organização e atribuições definidas na Política de Assistência Farmacêutica do SUS, priorizando o uso racional e seguro de medicamentos;
- Atuar na Comissão Intergestores Regional – CIR para incrementar e aperfeiçoar as ações de regulação de forma integrada com a rede de atenção da Região de Saúde, com o objetivo de qualificar o acesso orientado pelas necessidades de saúde (e não pelos interesses econômicos dos prestadores);
- Avançar radicalmente na informatização dos serviços de saúde, com a adoção do prontuário eletrônico do paciente e outras ferramentas tecnológicas que permitam maior eficiência, eficácia, segurança, conforto e agilidade no atendimento;
- Articular e liderar os municípios da Região de Saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e governo Federal a ampliação da oferta de serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, revendo a

oferta de acordo com as necessidades dos municípios, priorizando consultas, exames e internações de alta complexidade ou de doenças raras;

- Articular e liderar os demais municípios da região de saúde e dos estados para reivindicar maior apoio dos governos de Estado e da União para que ampliem o repasse de recursos para os municípios, visando ao cofinanciamento do SUS;
- Fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, enfrentando a privatização dos serviços de saúde, a precarização das relações de trabalho e a ausência de carreira do SUS;
- Implementar medidas de transparência na gestão pública, controle do desperdício e de enfrentamento da corrupção no uso dos recursos, bem como do clientelismo político, que impede a promoção da universalidade, da integralidade e da equidade, princípios constitucionais do SUS.

Diretriz 8: Participação social e transparência pra construção de políticas públicas de saúde

- Consolidar o controle social por meio da participação popular no Conselho Municipal de Saúde, conselhos gestores, conferências e encontros populares de saúde, passando de uma participação simbólica para uma deliberativa;
- Reconhecer e valorizar os instrumentos de participação social que envolvem a sociedade, difundem informações e incorporam a defesa da saúde como base de diálogo sobre as demandas locais, politizando os debates sobre as dificuldades referentes à oferta de serviços de saúde, bem como apontam soluções para funcionamento dos serviços e agregam valor social as lutas em defesa do SUS.

Diretriz 9: Política pública de práticas integrativas e complementares - PICS:

- Possibilitar ao usuário a escolha de opção que não seja pela forma de tratamento tradicional (alopático), onde valorize-se os saberes da comunidade no uso de plantas medicinais, homeopatia, florais, Reiki, auriculoterapia, fitoterapia integral, e outras práticas que complementem a biomedicina;
- Constituir viveiros, conseguir sementes e mudas para plantar nas casas;
- Incluir plantas medicinais no plano pedagógico das escolas e universidades;
- Trazer as Práticas Integrativas e Complementares para dentro das unidades básicas;
- Usar o alimento adequadamente como promotor de saúde e não de mais doenças;

- Identificar principais causas de adoecimento e ao mesmo tempo identificar quais plantas podem ajudar;
- Incentivar uso da fitoterapia na criação de aves, possibilitando melhora de produção de ovos e carnes;
- Implantar estratégia de melhor uso e reciclagem de resíduos, usando resíduos com adubo.

Diretriz 10. Reestruturação da saúde mental em Araguaína

A **Política Nacional de Saúde Mental**, oficializada em 2011 (de modo semelhante à Política Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais), busca consolidar uma **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)** fundamentada em um modelo de atenção aberto e de base comunitária, sendo o município o seu principal espaço de funcionamento, coordenação, planejamento, gestão, avaliação e execução. A estratégia é a garantia da livre circulação das pessoas com sofrimento ou transtornos mentais (inclusive as pessoas com necessidades decorrentes dos efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas) pelos serviços, pela comunidade e pela cidade, no espaço onde residem ou **no meio onde estão inseridas**, tendo em vista um processo continuado de reinserção e reabilitação social, buscando reestabelecer sua funcionalidade na sociedade e realizar ações de prevenção e redução de danos. A RAPS é composta por um conjunto de pontos de atenção para o atendimento dessas pessoas e usuários, tais como se segue:

- **Atenção Básica:** Unidade de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Consultório de Rua, Centros de Convivência e Cultura, outros serviços de apoio;
- **Atenção Psicossocial Estratégica:** CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSad, CAPSad III, CAPSia;
- **Atenção de Urgência e Emergência:** SAMU 192, Sala de Estabilização, UPA 24h, Prontos Socorros Hospitalares e Porta de Entrada da Atenção às Urgências e Emergências;
- **Atenção Residencial de Caráter Transitório:** Unidade de Acolhimento, Serviço de Atenção em Regime Residencial;
- **Atenção Hospitalar:** Enfermarias especializadas em Psiquiatria e Saúde Mental em hospitais gerais, Serviços hospitalares de referência, para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso problemático de crack, álcool e outras drogas;

- **Estratégia de Desinstitucionalização:** Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e Programa de Volta para Casa (PVC);
- **Estratégias de Reabilitação Psicossocial:** Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda e Empreendimentos Solidários ou Cooperativas Sociais.

Essa Política preconiza o respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; a promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde; o combate a estigmas e preconceitos; a garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; a atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; a diversificação das estratégias de cuidado; o desenvolvimento de atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania; o desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos; a **ênfase em serviços de base territorial e comunitária**, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares; a organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações Inter setoriais para garantir a integralidade do cuidado; a promoção de estratégias de educação permanente; e o desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular.

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são fundamentais para a coordenação e a integração dos serviços e das ações de saúde, para a integralidade e para a qualidade da atenção à saúde da população. A organização dos serviços e dos recursos em redes em suas localidades evidenciam melhores resultados em saúde, menos internações, maior satisfação dos usuários, melhor uso dos recursos financeiros, serviços mais custo-efetivos e de melhor qualidade, maior cooperação entre gestores de diferentes serviços, entre outras vantagens.

Neste sentido, para o atendimento em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), foi estabelecida a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas que tem como finalidade criar, ampliar e articular pontos de atenção à saúde para todos aqueles que necessitam de atendimento especializado (BRASIL, 2011). A compreensão de rede é importante,

visto que a atenção em saúde mental é complexa e, portanto, supõe que nenhum serviço sozinho pode resolver todas as necessidades de cuidado das pessoas de um determinado território.

Assim, é evidente a necessidade de implantação de todos os pontos da Rede de Atenção Psicossocial na cidade de Araguaína garantindo a integralidade e organização da RAPS e dos pontos de atenção psicossocial no município. Neste sentido, a integralização da RAPS em Araguaína, com a implantação dos pontos que componham a referida rede ainda não existente objetiva promover um avanço como um instrumento potencial para a efetivação de práticas, cuidados e saberes psicossociais, no contexto da mudança de paradigma em saúde mental em Araguaína -TO.

Diretriz 11: RAPS em Araguaína

No município de Araguaína – TO, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) não se encontra implantada em sua integralidade, neste sentido, as ausências de alguns pontos dificulta a efetivação do cuidado ofertado aos usuários que necessitam de tratamento em saúde mental.

São pontos da RAPS em Araguaína:

- Caps ad III;
- Caps i – gestão estadual;
- Caps ii – gestão estadual;
- Residência terapêutica – gestão estadual;
- Samu;
- HRA;
- Ubs e outros.

Na figura abaixo, que representa a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os itens marcados com destaque para os serviços que integram a RAPS e que não se encontram implantados na cidade de Araguaína- TO.

PROPOSTAS PARA REESTRUTURAÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM ARAGUAÍNA

- Implantação da unidade de acolhimento para adultos;
- Implantação da unidade de acolhimento infanto-juvenil;
- Implantação do consultório de rua;
- Implantação de centro de convivência;

- Implantação do centro de geração de renda vinculado aos usuários dos serviços de saúde mental;
- Municipalização de toda a rede de saúde mental (CAPS, residência terapêutica dentre outros);
- Construção do complexo de saúde mental;
- Implantação do ambulatório de psiquiatria municipal;
- Implantação de centro municipal de dependentes químicos feminino.

PONTO 4: UMA EDUCAÇÃO PARA O BEM COMUM

A educação sempre um tema prioritário de destaque nas administrações do PT. E não poderia ser menos, visto que o maior dos educadores do Brasil, Paulo Freire, sempre foi e será uma grande referência e fonte de inspiração para aqueles e aquelas que pensam uma educação cidadã.

Todavia quando se pensa na educação formal e pública, pensamos também que seja um processo educacional universal, gratuito e de qualidade. Visto que, a educação, já na constituição estabelece que é direito de todos e dever do Estado.

Nesse Plano de Governo queremos apresentar em linhas gerais nossas propostas, que surgir a partir do diálogo com todos atores envolvidos no tema, seja como educador ou educadora, estudantes, pais de alunos, lideranças sindicais e membros da sociedade como todo, que direta ou indireta tem vivencia com educação e nosso município.

Cabe frisar que não partimos da premissa que tudo que estar aí no tocante a educação no município não possua valor histórico e de construção cidadã. Nada disso. Partimos do princípio que muito já foi feito e possui importantes iniciativas bem positivas e que precisam ser reconhecidas e valorizadas. O que desejamos e nos propomos é melhor ainda mais o que é bom, e tornar-se satisfatório o que ainda não estar bom.

Ponto 4.1 Propostas rumo a uma educação melhor

Para que a educação no município de Araguaína seja melhor, que oportunize em criar as condições e possibilidades para o bem viver na população Araguaíense, apresentamos alguns pontos que consideramos necessário, os quais destacamos:

- Cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação em consonância com o que está previsto pelo Plano Nacional de Educação;
- Realização de monitoramento das metas pactuadas pelo Plano Municipal de Educação;
- Fortalecimento da rede de cooperação que viabilize o cumprimento de diretrizes e metas previstas pelo Plano Municipal de Educação;
- Ampliação do quadro de docentes em regime de estabilidade mediante realização de concurso público;
- Realização de concurso público para demais áreas profissionais abrigadas pela escola, a partir de levantamento das demandas reais;
- Regulamentação das contratações em regime temporário, com editais públicos que explicitem os critérios e todo o processo envolvido;
- Realização de eleições dos gestores das escolas municipais com participação da comunidade escolar;
- Desenvolvimento de uma gestão escolar democrática;
- Constituição da centralidade da escola na comunidade, que paulatinamente pode configurar-se como espaço de intensa produção cultural em consonância com projetos desenvolvidos pela pasta da cultura;
- Elaboração de um programa de formação continuada, atendendo ao que Paulo Freire denominava como “educação permanente” dos professores, contando para isso com a parceria a ser consolidada junto a universidade pública e cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) acadêmicos e profissionais ofertados na cidade;
- Desenvolvimento de uma política de formação de Educação de Jovens e Adultos;
- Aumento da oferta de escolas em tempo integral, subsidiadas por uma política de educação integral;
- Ampliação do número de creches de tempo integral para maior amparo às crianças das famílias dos trabalhadores e redução das situações de vulnerabilidade social;
- Desenvolvimento de programa de inclusão digital, com banda de Internet gratuita e de acesso livre para a escola e seu entorno.

Ponto 4.2 Profissionais da educação valorizados e motivados

Não é possível pensar uma educação pública de qualidade, inclusiva sem dá a devida valorização ao profissional da educação seu principal ator. Essa valorização passa não tão somente pela questão, mas também por ela, e ainda, pela a implantação de um plano de cargo e carreira construído a partir da participação de representantes dos profissionais da educação, assim como, pelas condições e ambiente de trabalho. Na gestão de CÉLIO MOURA E SILENE BORGES buscar-se valorizar os profissionais de educação através de ações efetivas, que prioritariamente apresentamos como pontos essenciais:

- Empreender um plano de valorização dos profissionais de educação ancorado no tripé: formação, remuneração e condições condignas de trabalho. Para tanto, o ente federado municipal deve considerar a sua viabilidade financeira e a demanda dos profissionais da educação considerando a projeção das receitas vinculadas para MDE, o cálculo das despesas com profissionais em exercício de docência e fora do exercício da docência e a relação entre horas docentes necessárias e horas docentes contratadas.
- No que diz respeito à viabilidade financeira, além das Transferências Constitucionais preconizadas na Constituição Federal (CF), artigo 212, e regulamentadas pelo artigo 70 da Lei n. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), Lei n. 11.494/2007 (Lei do FUNDEB), entre outras resoluções, é preciso empreender localmente uma política de arrecadação que possibilite o investimento em educação. Investir o mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração desses profissionais não é suficiente para promovê-los e progredi-los considerando a sua carreira, o tempo de serviço e a formação.
- A valorização dos profissionais da educação, estabelecida pelo artigo 206 da Constituição Federal, ganha força com a aprovação da Lei 11.738/2008 (Lei do piso Salarial Nacional – PSPN) e Lei 13.005/2014 (Lei do plano Nacional da Educação – PNE). Apesar disso, considerando os dados relativos à carreira dos profissionais do magistério¹ de Araguaína e a ausência de um plano para os profissionais da educação ou de trabalhadores em educação vemos a necessidade de discutir amplamente o plano vigente e proceder as adequações necessárias com vistas a promover esses profissionais.

- Portanto, o compromisso assumido aqui consiste em discutir amplamente o plano, (re) desenhar uma carreira viável e sustentável e investir na formação de todos os profissionais e trabalhadores em educação para então, promovê-los e progredi-los tendo como critérios principais:

O ingresso mediante concurso público de provas e títulos, por área de atuação e formação correspondente ao cargo; a profissionalização, que pressupõe qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho; a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento; a progressão e promoções periódicas (BRASIL, 1996).

- Vale ressaltar que a valorização das carreiras dos profissionais da educação é critério para o processo de implementação e manutenção do Sistema Nacional de Educação, conforme está posto na meta 18.

PONTO 5: CULTURA COMO EXPRESSÃO DE BEM ESTAR

O município de Araguaína é formado por uma população originária de todas as partes do Brasil e cada pessoa ou agrupamento familiar têm sejam em suas lembranças ou sem práticas, costumes, histórias ou manifestações culturais de suas terras de origens, mas que, em virtude de uma série de fatores, esses costumes ou tradições tem se perdido no tempo. A gestão CÉLIO MOURA e SILENE BORGES vai procurar manter ou resgatar as tradições de toda gente, através programas e projetos culturais que garantam a construção de ambientes para que sejam possível a promoção de manifestações culturais. Um desses ambientes ou, manifestações, será a criação da SEMANA CULTURAL DA GENTE, que vai procurar reunir pessoas dos mais variados lugares, onde cada poderá expor as tradições e celebrações culturais do seu lugar de origem. Será assegurada a estrutura adequada para que as pessoas possam apresentar as tradições de sua terra de origem, podendo ser através de comidas, danças, cantos, o artes em geral.

Outra evento cultural que iremos promover será o FESTIVAL DA CANÇÃO DE ARAGUAINA, que terá como objetivos fazer descobertas e promover o valor de nosso músicos e cantores que muitas vezes não tem oportunidade para expor seu talento.

Afora o FESTIVAL DA CANÇÃO DE ARAGUAINA iremos valorizar outras manifestações culturais que a juventude acampa. A ideia será realizar nos bairros eventos que colaboram com a expressão cultural local. Vamos criar ação denominada BAIRRO DA CULTURA, com esse evento vamos procurar levar mais alegria, opção de lazer e a identificação cultural das pessoas.

Ações que proporemos para realização com fins de valorização e identificação cultural:

- SEMANA CULTURAL DA GENTE: onde as pessoas dos diferentes lugares terão a oportunidade de manifestar e expor suas tradições culturais, seja na culinária, dança, música e artes em geral;
- FESTIVAL DA CANÇÃO DE ARAGUAINA: festival para a descobrir, incentivar e promover nossos talentos na música em Araguaína. Participará do festival somente quem comprovar residência em Araguaína por pelo menos 06 meses;
- BAIRRO DA CULTURA evento semanal que levará aos bairros com vistas a criar integração entre as pessoas e promover a melhora das relações através de apresentações dos diferentes matizes do bairro;
- Parceria com os escritores da ACALANTO, professores e escritores do curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins e docentes da educação básica para projetos de estímulo a novos escritores da cidade, mediante oferta de oficinas de escrita criativa, lançamento de livros, palestras com escritores, concursos de contos e poesia;

PONTO 6: MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O artigo 225 da constituição expressa que

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

A partir dessa premissa constitucional que a gestão CÉLIO MOURA e SILENE BORGES irão atuar para implementação de uma política que articule o desenvolvimento e crescimento da cidade com a preservação e conservação dos recursos ambientais.

A realidade que percebemos é que, a cidade de Araguaína vive uma grande expansão urbana. Esse crescimento tem se dado sobre áreas nativas, que além de provocarem o corte raso de espécies nativas, afetam nossos recursos hídricos. No dia a dia se ver-se muitas obras na cidade. Claro que é bom sabermos que a cidade estar crescendo. Todavia esse crescimento não deve ser a qualquer custo, principalmente se esse crescimento custa à sociedade perca ou destruição de nossos mananciais ou da vegetação nativa de áreas verdes.

A gestão CÉLIO MOURA e SILENE BORGES vai buscar envolver todos os atores que estão envolvidos diretamente nessa questão, sejam agentes construtores que ajudam no crescimento da cidade, seja os que lutam e defendem o meio ambiente.

Vale ressaltar que a gestão vai procurar implementar ações articuladas com a sociedade civil, no sentido de realizar um trabalho permanente de educação ambiental, pois acreditamos que seja necessário se dedicar com mais empenho em ações educativas e de construção de uma consciência de cuidados com a natureza, que mesmo ações meramente punitivas.

Por isso indicamos como ações e iniciativas a serem realizadas as listadas abaixo;

- Reestruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento sustentável e dá ampla publicidade as suas ações;
- Construir em conjunto com o setor empresarial, profissionais que atuam na área de consultoria ambiente, sociedade civil organizada e demais agentes interessados na reformulação de uma política municipal de meio ambiente afim de ser ajustada a nossa realidade e necessidade;
- Promover a realização da GINCANA ECOLÓGICA;
- Estruturar e criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Criar o fórum permanente, com atribuição consultiva e de estabelecer diretrizes a serem analisadas pela gestão municipal, com a finalidade em discutir e propor temas correlacionados com a questão ambiental do município;

PONTO 7 UMA POLITICA HABITACIONAL HUMANA

Visto o ritmo de crescimento da população da cidade e sua relação com a expansão urbana, constatamos que tem se mantido um déficit habitacional da cidade. Segundo dados não oficiais, temos um déficit na casa de 8 mil unidades habitacionais. Além disso temos uma parte da cidade que ainda não possui a regularização fundiária. No Brasil inteiro a questão apresenta sua problemática, no entanto a gestão CÉLIO MOURA e SILENE BORGES irão enfrentar essa situação no município, através de ações como as listadas a seguir:

- Implantação do IPTU progressivo para combater a especulação imobiliária nos imensos vazios urbanos existentes na cidade;
- Implantação de ZEIs para definição das áreas de produção de habitação de interesse social;
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação com a participação da sociedade civil organizada para debater a cidade que queremos de maneira democrática;
- Implantação de um programa emergencial de urbanização de áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda priorizando as ocupações consolidadas
- Discutir com o governo federal políticas habitacionais na cidade com fins construção na faixa da população mais humilde;
- Implantar o aluguel social para ajudar pessoas que vivem em aluguel e que por dificuldade não conseguem pagar seu aluguel

PONTO 8: AGRICULTURA FAMILIAR MAIS FORTE

Na zona rural de Araguaína tem cerca de 9 projetos de assentamentos rurais, fora tantas outras propriedades familiares particulares. Nessas propriedades se pratica a agricultura familiar, sendo que na grande maioria dessas propriedades não são assistidas por um serviço de assistência técnica e extensão rural.

Sabemos que atualmente o corpo técnico da Diretoria de Agricultura é bem pequena para o universo de propriedades que deveriam ser acompanhadas. Reconhecemos, todavia, que,

apesar da equipe de profissionais da área de agraria do município ser pequena, tem feito muitas coisas apresentando bons resultados. Mas acreditamos que podemos e devemos fazer mais, visto o grande potência que temos na região para crescimento da agricultura familiar no município. Dispomos de vantajosos recursos da natureza como: agua em abundância e de qualidade; sol intenso; terras férteis; uma ótima localização geografia e um promissor mercado consumidor. Para que possamos articular esses componentes naturais com os elementos estruturais para garantir um melhor desenvolvimento da agricultura familiar no município, propomos:

- Fazer a reestruturação e composição do CMDRS;
- Triplicar a equipes de profissionais da Diretoria da Agricultura
- Criar a Secretaria Municipal de Agricultura e Negócios Familiares
- Efetuar termos de cooperação técnica com UNFT, IFTO, ITPAC
- Estruturar a secretaria com pessoal, veículos e equipamentos;
- Incentivar a criação de cooperativas agrícolas.

PONTO 9. SERVIDORES E SERVIDORAS, A MOLA MESTRA DA GESTÃO

A máquina municipal é assim: entra prefeito, sai prefeito. Mas os servidores e servidoras permanecem.

Importante frisar quanto ao corpo de servidores e servidoras, sendo sem dúvidas, o maior patrimônio que dispõe a gestão municipal. Fundamental entender que o servidor ou servidora não empegados ou empregadas do prefeito. Esses profissionais estão ali, para servir a população. Portanto, são pessoas que merecem todo respeito e tratamento digno, Pois sem servidores e

servidoras a prefeitura não funciona. Pode até funcionar sem o prefeito ou a prefeita, mas sem os servidores e servidoras não opera de jeito nenhum.

Pois bem, dito isso apresentamos a seguir um conjunto de proposições que devem ir ao encontro dos anseios dos servidores e servidoras do município de Araguaína;

- Assegurar a data base para negociação com os representantes dos servidores e servidoras;
- Implantar e revisar a cada três anos o plano de cargos, carreira e salário dos servidores e servidoras
- Implantar programa permanente de capacitação e treinamento dos servidores e servidoras
- Garantir por setor a escolha de representantes da categoria para discutir questões de interesse dos profissionais;
- Realizar concurso público;
- Abrir roda de conversa para discutir a contribuição dos servidores e servidoras aposentadas.

PONTO 10: ESPORTE E ALZER, PRA GENTE VIVER MELHOR

De maneira geral, Araguaína é uma cidade que não dispõe de muitas opções a sua população para desfrutar bons momentos de esporte e lazer.

Entendemos que essa situação não é boa para as pessoas. Então, deve ser a preocupação da gestão municipal buscar implementação através de parcerias para promover ações e criar programas objetivando estimular e apoiar iniciativas que podem ofertar as pessoas da cidade esses momentos. Com vistas a ofertar aos moradores e moradoras do município de Araguaína espaços de lazer e esporte propomos:

- Estruturar a Secretaria de Esporte e Lazer, concedendo a ela toda possibilidade para o bom funcionamento;
- Potencializar os pontos turísticos de Araguaína, como alternativa de lazer, fortalecimento da economia local e geração de renda e emprego.
- Promover o campeonato municipal de campo de várzea (poeirão);
- Incentivar e apoiar a realização de campeonato entre as empresas;

- Construir um ginásio olímpico;
- Se articular com os promotores de shows de grandes artistas brasileiros para que Araguaína e integre os circuitos de shows de grandes nomes da MPB com amplo leque para diversidade musical e inclusiva;
- Aportar verbas para apoiar os times de futebol que participam do campeonato estadual e nacional;
- Incentivar nas escolas a práticas de esportes olímpicos;
- Criar programa de bolsa para apoiar no descolamento atletas, sua equipe e familiares em participações de eventos esportivos nacional e internacionais.

11. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE GOVERNO

Sabemos que um plano de governo é um conjunto de proposições apresentadas por aquele ou aquelas que concorre a um cargo eletivo no executivo. Essas proposições ou ideias devem ser factíveis não podem ser coisas mirabolantes, intangíveis. No caso deste Plano de Governo apresentado pela chapa CÉLIO MOURA e SILENE BORGES em partes foi fruto da escuta e contribuições de várias colaboradores e colaboradoras que vivenciam a temática.

Cabe aqui a ressalva que alguns pontos, em particular da saúde e educação aproveitamos o conteúdo do plano de governo do candidato a prefeito do partido dos trabalhadores e trabalhadoras concorrente em Araguaína nas eleições de 2020.

Araguaína-TO, 06 de agosto de 2024.

Célio Alves de Moura

Prefeito pela Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB)
Coligação “Araguaína, o Brasil vai te ver”

Sirlene Borges Arantes

Vice Prefeito pelo REDE\PSOL
Coligação “Araguaína, o Brasil vai te ver”